

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - IDR
BACHARELADO EM AGRONOMIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

SHÉNIA CASSIANO PASSOS

**AGRICULTURA FAMILIAR EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS E
OPORTUNIDADES NO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS
MULHERES AGRICULTORAS (MACHAMBEIRAS)**

REDENÇÃO-CE

2025

SHÉNIA CASSIANO PASSOS

**AGRICULTURA FAMILIAR EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS E
OPORTUNIDADES NO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS
MULHERES AGRICULTORAS (MACHAMBEIRAS)**

Estudo de caso apresentado ao Curso de Agronomia da Universidade da integração internacional da lusofonia Afro-Brasileira, Unilab, Redenção-Ce, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Agronomia, sob a orientação do Prof. Dr. Joaquim Torres Filho.

REDENÇÃO-CE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Passos, Shenia Cassiano.

P289a

Agricultura familiar em Moçambique: Desafios e Oportunidades no acesso a políticas públicas destinadas às mulheres agricultoras machambeiras / Shenia Cassiano Passos. - Redenção, 2025.
25f: il.

Monografia - Curso de Agronomia, Instituto De Desenvolvimento Rural, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Torres Filho.

1. Agricultura familiar - Moçambique - Desigualdade de gênero.
2. Empoderamento feminino. 3. Sustentabilidade. I. Filho, Prof. Dr. Joaquim Torres. II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 338.0960

SHÉNIA CASSIANO PASSOS

**AGRICULTURA FAMILIAR EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS E
OPORTUNIDADES NO ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS
MULHERES AGRICULTORAS (MACHAMBEIRAS)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Agronomia do Instituto
de Desenvolvimento Rural da Universidade da
Integração Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, como requisito parcial para obtenção
de título de Bacharel em Agronomia.

Aprovada em: 19 de Maio de 2025.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **JOAQUIM TORRES FILHO**
Data: 27/05/2025 08:59:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Joaquim Torres Filho (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Documento assinado digitalmente
 **OLIENAIDE RIBEIRO DE OLIVEIRA PINTO**
Data: 27/05/2025 09:21:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^a Olienaiide Ribeiro de Oliveira Pinto
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Documento assinado digitalmente
 **CIRO DE MIRANDA PINTO**
Data: 27/05/2025 09:32:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ciro de Miranda Pinto
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Angélica Armando Chavana e Cassiano Passos, pela força, amor, pelas orações silenciosas e exemplo de dignidade que sempre me deram. A vocês, que me ensinaram a acreditar em mim mesma e que foram minha base em cada passo desta caminhada. Gratidão eterna pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A realização desta monografia marca o encerramento de uma trajetória repleta de desafios e aprendizados. Muitos foram os que contribuíram para que esse trabalho se concretizasse, e minha gratidão a cada um deles é imensa.

Primeiramente, agradeço a Deus, cuja presença constante me deu forças e me preparou para enfrentar cada etapa dessa jornada.

Ao meu orientador, Professor Joaquim Torres, expresso minha profunda gratidão pelo apoio, paciência e dedicação e por me passar segurança em uma das etapas de maior pressão dentro da graduação. Suas orientações foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, guiando-me em cada passo. Sua generosidade e conhecimento foram uma verdadeira inspiração.

Aos meus pais, Angélica Armando Chavana e Cassiano Passos, meu amor e gratidão eternos. Obrigada pelo apoio incondicional, pelos conselhos, orações e por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava. Este trabalho é também fruto do esforço e sacrifício de vocês. Aos meus irmãos, Cilisa Cassiano Passos, Edmilson Cassiano Passos, Cassiano Júnior, agradeço a presença, pelo companheirismo e pelas palavras de incentivo nos momentos em que eu precisei. E à minha florzinha Xiluva, que com ternura e presença me deu ainda mais motivos para persistir - você é luz na minha vida e parte do sentido dessa conquista.

Aos meus colegas de turma e amigos, em especial as minhas amigas Nádia Atália Zvala e Vanessa Rute Zavala, sou grata pela amizade, companheirismo e por compartilhar comigo os desafios dessa jornada, deixando-a mais leve, por meio da troca de experiências e apoio, especialmente nos momentos mais desafiadores. A convivência com vocês tornou essa caminhada mais agradável e enriquecedora.

A Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em especial ao instituto de Desenvolvimento Rural bem como seu corpo de Docentes e aos serviços de terceirizados da instituição, como os Rus, os motoristas, o pessoal da limpeza pelo esplêndido trabalho e dedicação.

Agradeço por acreditarem sempre no meu potencial e me incentivarem a seguir adiante. Obrigada por todo amor, compreensão e apoio emocional ao longo de minha vida acadêmica.

“Se as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens para acessar recursos produtivos, o mundo poderia reduzir a fome até em 17%”(Relatório do Banco Mundial,2015).

RESUMO

De um modo geral, a regra no meio rural é o homem desempenhando o papel como chefe de família e tomando a frente de serviços ligados ao cultivo da terra, mas com o progresso em muitos países, os homens foram deslocados em busca de atividades não agrícolas para ampliar suas fontes de renda. Em consequência deste movimento, a mulher tomou a frente dos serviços de cultivo da terra e mesmo ocupando esta posição de destaque, o mesmo reconhecimento não ocorre na esfera das Políticas Públicas no sentido de reconhecer e valorizar o grande e precioso papel das mulheres junto à produção agrícola.

O presente trabalho analisa os desafios e oportunidades no acesso das mulheres agricultoras conhecidas como machambeiras às políticas públicas em Moçambique, destacando o papel central que elas desempenham na agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos no país. As mulheres agricultoras em Moçambique encontram-se muitas vezes em situações de grande vulnerabilidade: são as principais produtoras de alimentos e responsáveis pela gestão das suas famílias, contudo os seus direitos de posse de terra são limitados, assim como tem mais dificuldades no acesso ao crédito, e outros insumos e serviços agrícolas. Com base em pesquisa bibliográfica (2015-2024), observou-se que, apesar de constituírem a maioria da força de trabalho agrícola, as mulheres enfrentam dificuldades para acessar terra, crédito, assistência técnica e mercados. Apesar de avanços legais como a Lei da Terra e iniciativas como o Programa Sustenta e o Projeto Agrovida, a efetividade dessas políticas ainda é limitada. O estudo de oportunidades como o uso de tecnologias digitais e mercados locais pode favorecer o empoderamento feminino. Concluiu-se que políticas públicas inclusivas e bem implementadas são essenciais para fortalecer a agricultura familiar e reduzir as desigualdades de gênero no setor agrário moçambicano.

Palavras-chave: desigualdade de gênero; empoderamento feminino; sustentabilidade. 

ABSTRACT

Generally speaking, the rule in rural areas is for men to play the role of head of the family and take charge of services related to cultivating the land, but with progress in many countries, men have been displaced in search of non-agricultural activities to expand their sources of income. As a result of this movement, women have taken the lead in land cultivation services and even though they occupy this prominent position, the same recognition does not occur in the sphere of Public Policies in the sense of recognizing and valuing the great and precious role of women in agricultural production.

This work analyzes the challenges and opportunities faced by women farmers in accessing public policies in Mozambique, highlighting their central role in family farming, which is responsible for a large share of the country's food production. Women farmers in Mozambique often find themselves in very vulnerable situations: they are the main producers of food and responsible for managing their families, yet their land ownership rights are limited, as are their difficulties in accessing credit and other agricultural inputs and services. Based on a literature review (2015-2024), the study shows that, although women make up the majority of the agricultural workforce, they face difficulties in accessing land, credit, technical assistance, and markets.

Despite legal advances such as the Land Law and initiatives like the Sustenta Program and the Agrovida Project, the effectiveness of these policies remains limited. The study also identifies opportunities such as the use of digital technologies and active local markets, which may contribute to women's empowerment. It was concluded that inclusive and well-implemented public policies are essential to strengthen family farming and reduce inequalities in the Mozambican agrarian sector.

keywords: gender inequality. women's empowerment. sustainability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROFIT - Associação para Promoção da Igualdade e Desenvolvimento das Mulheres Rurais

ADDAP - Agência de Desenvolvimento de Pequenos Produtores da Agricultura

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

FNDS - Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável

IAI - Inquérito Agrário Integrado

IOF - Inquérito sobre Orçamento Familiar

IFAD - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

INE - Instituto Nacional de Estatística

MASA – Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

MADER - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

RGPH - Recenseamento Geral da População e Habitação

PIB - Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. Objetivo Geral	13
1.1.1 Objetivos específicos	13
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
3.1. Agricultura familiar em Moçambique	14
3.2. Segurança Alimentar	15
3.3. Relações de gênero na agricultura	16
3.4. Políticas iniciativas e programas existentes para as mulheres agricultoras	17
3.5. Desafios e oportunidades das mulheres agricultoras em Moçambique	18
3.5.1. Oportunidades	19
3.5.2. Desafios	19
4. METODOLOGIA	20
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
6. CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS	24

INTRODUÇÃO

A agricultura é uma atividade realizada predominantemente por pequenos agricultores, responsável por cerca de 90% da produção total de alimentos (Fao, 2013a). No entanto, mais de 60% da força de trabalho agrícola são mulheres (Rodrigues, 2009). Isso ocorre, porque existe uma tendência de os homens buscarem empregos e recolocações em atividades não agrícolas, ficando então as mulheres na liderança do processo de produção de alimentos, realidade esta que ocorre principalmente em países em desenvolvimento.

Na África Subsaariana (ASS)¹, cerca de 80% das famílias rurais conseguem os seus rendimentos pela prática da agricultura em pequenas parcelas de terra, em média inferiores a 2 ha, com produção voltada para o autoconsumo e o excedente comercializado (Praksh, 2003; Davis, Di Ciusepe e Zezza, 2017). Em Moçambique, a agricultura constitui a principal atividade económica, sendo que a maioria da população vive em zonas rurais (Bicchieri e Ayala, 2017). Apesar destes dados, a realidade demonstra que as políticas públicas voltadas a este segmento ainda são muito incipientes.

De acordo com o Censo de 2017, Moçambique tem 30.066.648 habitantes, dos quais 15.565.452 correspondem a 52% de mulheres. O setor agrícola é o mais importante para o emprego feminino neste país. As mulheres agricultoras em Moçambique encontram-se muitas das vezes em situações de grande vulnerabilidade: são as principais produtoras de alimentos e responsáveis pela gestão das suas famílias, contudo os seus direitos de posse de terra são limitados, assim como tem mais dificuldades no acesso ao crédito, e outros insumos e serviços agrícolas (Bicchieri e Ayala, 2017). Isso demonstra a necessidade de políticas públicas mais inclusivas que venham proporcionar melhores condições para avanço nesta área e consequentemente produção de mais alimentos.

Com um olhar com maior amplitude e capilaridade sobre este sistema produtivo, Mader (2022) reconhece também que as mulheres moçambicanas têm enormes desafios para ter acesso a recursos produtivos e serviços, tecnologia, informação de mercado e financiamento, e acrescenta ainda que elas são geralmente não convenientemente representadas em instituições públicas e nos mecanismos de governança e tendem a ter menos poder de decisão do que homens, o que significa que são amplamente excluídas do processo de decisão sobre esta produção.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (2024), as políticas voltadas para as mulheres rurais são fundamentais para promover um

desenvolvimento sustentável combatendo as desigualdades de gênero e integrando ações de combate à fome, segurança alimentar e preservação ambiental.

Tratando-se de uma agricultura de perfil familiar, as mulheres camponesas desempenham um papel importante e representam a maioria da força de trabalho agrícola, mas a falta de políticas públicas específicas voltadas para estas em Moçambique, dificulta o acesso a tecnologias, capacitações para o aumento da produtividade e a melhoria das condições de vida.

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os desafios e oportunidades no acesso das mulheres agricultoras às políticas públicas em Moçambique, visando entender como esses fatores afetam a sua produção agrícola e a segurança alimentar das famílias.

1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.1.1.1 Identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras em relação ao acesso a recursos, como terra, crédito, assistência técnica e tecnologias agrícolas;

2.1.1.2 Examinar as políticas públicas e iniciativas existentes que visam apoiar mulheres agricultoras em Moçambique, avaliando sua eficácia e alcance;

2.1.1.3 Investigar o impacto do acesso a políticas públicas sobre a produtividade agrícola e o empoderamento econômico das mulheres em áreas de cultivo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR EM MOÇAMBIQUE

Moçambique é um país agrário, onde a agricultura é uma das principais atividades contidas neste setor. Nos últimos 20 anos, esta atividade foi responsável por cerca de 80% da produção agrária, 20% do Produto Interno Bruto (PIB) e emprega pouco mais de 80% da população economicamente ativa (Di Matteo e Schonevel, 2016; Ine, 2022). Se observa o quanto a agricultura contribui para a manutenção da força de trabalho e ocupação da família no trabalho agrícola produzindo alimentos para consumo e excedente para venda.

A agricultura em Moçambique é uma atividade heterogênea, incluindo uma multiplicidade de sistemas de produção, onde grande parte desta é praticada pelo setor familiar, constituído por pequenos agricultores que desempenham seus trabalhos em pequenas parcelas de terra (cerca de 95% produzem para explorações com menos de 5 ha). Como se vê, um setor ainda carente de muito apoio quando se fala em assistência técnica e extensão rural e de políticas públicas que ofereçam apoio aos agricultores (Rabia, 2023).

A produção agrícola neste sistema de produção caracteriza-se pela utilização intensiva de mão-de-obra, limitado uso de capital e insumos modernos, limitado acesso a financiamento, assistência técnica, serviços de extensão, informação e mercados, fraca integração nas cadeias de valor, dependência das duas condições edafoclimáticas das regiões com elevadas perdas da produção em campo e pós colheita (Abbas e Mosca, 2021; Marassiro *et al.*, 2021; Mosca, 2014). Então, a prática usual dos agricultores é trabalhar com a força da agricultura familiar fazendo o que é possível com os recursos existentes.

As culturas alimentares básicas cultivadas são, o milho, amendoim, mandioca, feijão e arroz, que dominam a produção agrícola geral, embora as machambas (campo agrícola cultivado) comerciais estejam gradualmente a ganhar importância (IFAD, 2008). Como se observa, cultivos de agricultura familiar e de subsistência tendo como finalidade precípua a alimentação da família. A ligação da família de agricultores ao trabalho e cultivo da terra é de fundamental importância para a valorização da autoestima de cada membro da família do agricultor.

No entanto, o crescimento tem sido desigual em todo o país; as áreas central e norte têm o maior potencial agrícola em comparação com as áreas mais secas e menos férteis do Sul, frequentemente sujeitas a inundações e secas (IFAD, 2008). Então, como se observa mas

uma vez, é que existe potencial e áreas, portanto é uma situação que oferece oportunidade para incentivos aos agricultores para produzir alimentos para consumo próprio e vender o excedente.

3.2 SEGURANÇA ALIMENTAR

No Brasil, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN-Lei n 11.346, de 15 de setembro de 2006, p.12), define a segurança alimentar e nutricional como:

[...]realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Portanto, a produção agrícola como falada anteriormente é a consequência da realização de um sonho de o agricultor e/ou agricultora cultivarem a terra e produzir alimentos limpos e seguros para manutenção de uma qualidade de vida melhor e do exercício da cidadania.

Em Moçambique, as estimativas mostram que 64% da população (cerca de 10 milhões) são inseguros em termos alimentares. Cerca de 67% das famílias urbanas não têm comida suficiente em comparação com 63% das famílias rurais (Ferrão *et al.*, 2018). Esta disparidade é um gargalo imenso em termos de segurança alimentar e que pode gerar graves consequências no tocante à nutrição dos habitantes de áreas urbanas.

O nível mais baixo de insegurança alimentar está no Norte rural (48%), em comparação com qualquer outra região rural ou área urbana de Moçambique. Por outro lado, o nível mais alto de insegurança alimentar é encontrado na região Sul (75%), o que corresponde ao maior nível de pobreza e menor potencial agrícola. Setenta e oito por cento de todos os lares com insegurança alimentar são encontrados em áreas rurais (Ferrão *et al.*, 2018). A pobreza em Moçambique diminuiu, mas não tão rápido, de acordo com o Banco Mundial (2016), que destaca que a pobreza caiu de 69,7% em 1996 para 46,1% em 2015. De qualquer maneira, não deixa de ser um índice que inicialmente já estimule a maiores investimentos por parte do Governo para erradicar níveis altos de pobreza na população e buscar uma melhor qualidade de vida.

Quanto à soberania alimentar, Moçambique é dependente de ajuda externa internacional, e de investimentos no agronegócio (De Renzio; Hanlon, 2007; Brito *et al.*, 2015; Amanor; Chichava, 2016). Esta dependência pode ser trabalhada no sentido de que bons projetos de investimentos sejam elaborados com foco em arranjos produtivos locais, incentivando a produção e o consumo das famílias e o excedente para venda, além do mais, necessário se faz chegar na ponta da cadeia agropecuária onde se encontra o agricultor.

As instituições financeiras como o Banco Mundial (B.M) e o Fundo Monetário Internacional (F.M.I), bem como as grandes empresas agrícolas multinacionais, promovem a

produção agrícola orientada para o mercado com o intuito de garantir a segurança alimentar. No entanto, vários críticos argumentam que os interesses comerciais e econômicos são maiores e que a dinâmica de poder do sistema alimentar atual exacerba a fome e a pobreza dos pequenos agricultores (Tinga, 2007; Castel-Branco, 2008; UNAC, 2010; Amanor; Chichava, 2016). Aqui se vê claramente uma situação muito comum não somente em Moçambique como até mesmo no Brasil, pois o agronegócio trabalha com commodities enquanto que a agricultura familiar trabalha com alimentos básicos para consumo humano e para o primeiro as Políticas Públicas são efetivas e para o segundo são tímidas.

3.3 RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA

De acordo com as projeções do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2017. Moçambique conta no presente ano com uma população estimada em 33 milhões de habitantes, dos quais 51.5% são mulheres e 48.5% homens. As mesmas projeções indicam que mais de 65% da população moçambicana vive nas zonas rurais, tendo a agricultura como principal fonte de sobrevivência e de obtenção de renda (INE, 2017). Estes dados demonstram a importância de se investir no meio rural, haja vista existir demanda suficiente para o incremento da produção agrícola, geração de trabalho e melhoria da qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias.

Partindo do princípio que o setor agrícola é essencial para as pessoas e para o país, necessário se faz, ter um olhar mais focado em melhorias sob todos os aspectos (sociais, econômicos e sustentáveis). Segundo o Inquérito Agrário Integrado (IAI, 2020), indicam que 97,8% da população moçambicana que pratica agricultura, trabalha em pequenas explorações agropecuárias (MADER, 2020). Por outro lado, dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF, 2019/2020), mostram que 65.9% dos chefes dos agregados familiares estão vinculados ao setor agrário. Sendo a percentagem dos chefes dos agregados familiares engajados no setor agrário consideravelmente maior nas zonas rurais do que nas urbanas com uma percentagem de (83.3%) contra (31.6%). Assim, a economia de Moçambique é diretamente influenciada pelo desempenho do setor agrário (INE, 2021).

Ao se analisar os dados O IOF 2019/2020 indica ainda que 90.2% das mulheres adultas praticam atividade agropecuária comparado com 85.4% dos homens adultos (INE, 2021) e os dados do IAI 2020, referem que, do universo dos trabalhadores temporários empregues pelos agricultores na campanha agrícola 2019/2020, 40.8% eram mulheres. Por outro lado, a produção jovem (18 a 35 anos) cresceu a uma taxa anual maior nas zonas urbanas (4.0%) do que nas rurais (2.5%).

Este rápido crescimento da população jovem constitui um grande potencial para a força de trabalho que se requer produtiva, sendo o setor agrário uma alternativa laboral no meio rural (MADER, 2022). Como se pode ver nos dados acima descritos, a agricultura é uma atividade que ocupa grande parte da população moçambicana e com maior participação da mulher, tal como acontece em muitos países da África Subsaariana (MORGADO; SALVUCCI, 2016). O importante é que sejam criadas políticas que incentivem a produção no campo como financiamento ou mesmo subsídio a quintais produtivos, mandalas e sistemas similares com o objetivo de envolver a mão de obra local e produzir alimentos.

3.4 POLÍTICAS, INICIATIVAS E PROGRAMAS EXISTENTES PARA AS MULHERES AGRICULTORAS

- **Lei da Terra (Lei n.º 19/97)**

A Lei da Terra garante o direito do uso e aproveitamento da terra a todos os cidadãos moçambicanos, incluindo mulheres, “1. Podem ser sujeitos do direito de uso e aproveitamento da terra as pessoas nacionais, colectivas e singulares, homens e mulheres, bem como as comunidades locais “(MOÇAMBIQUE, 1997).

- **Estratégia do Género no Sector Agrícola**

Estratégia do Género no Sector Agrícola visa garantir o acesso e controle dos recursos, benefícios, direitos e oportunidades iguais a mulheres e homens de modo a assegurar de forma sustentável um aumento da produção e produtividade, que permitirá atingir a preconizada segurança alimentar e incremento do rendimento familiar, contribuindo sobremaneira na redução da pobreza e criando riqueza. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2020).

- **Projeto Agrovida (ADDDPA e Fundação Aga Khan)**

Segundo a Fundação Aga Khan (2023), o Projeto Agrovida é uma iniciativa da Agência de Desenvolvimento de Pequenos Produtores da Agricultura (ADDDPA) em parceria com a Fundação Aga Khan, focada no aumento da produtividade agrícola e na melhoria da renda de pequenos agricultores, com ênfase em mulheres e jovens. O projeto oferece acesso a insumos agrícolas, serviços financeiros, mercados e práticas agrícolas resilientes ao clima, atuando em distritos da província de Cabo Delgado.

- **Programa Sustenta**

O Sustenta é um programa nacional que visa integrar a agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, promovendo a agricultura sustentável e melhorando a qualidade de vida dos agregados familiares rurais. O programa oferece suporte em áreas como transferência de tecnologia, financiamento, acesso a mercados, infraestrutura e subsídios ao produtor. Possui linhas de crédito específicas para cada ator e cadeia de valor, com foco na inclusão social e econômica das mulheres (FNDS, 2020).

3.5 DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS MULHERES AGRICULTORAS EM MOÇAMBIQUE

No período pós-independência (1976-1980) foram tomadas medidas no sentido de garantir a integração das mulheres na produção agrícola em moldes coletivos, através das aldeias comunais e cooperativas (AGY, 2018). Para o desenvolvimento da agricultura no meio rural, o governo defendia que a participação das mulheres era fundamental (CASIMIRO, 2004).

A criação de políticas, programas e leis que promovem a igualdade de gênero é frequentemente mencionada como um aspecto fundamental das estratégias para alcançar a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico sustentável (BICCHIERI & AYALA, 2017). Embora mencionada, as implementações ainda são incipientes de modo a promover o desenvolvimento sustentável no seio da agricultura familiar, muito embora se saiba que não bastam somente recursos financeiros, mas um amplo trabalho de capacitação e sensibilização das comunidades de agricultores familiares e incentivo ao setor produtivo e a comercialização do excedente.

Quadro 1 – Oportunidades e Desafios das Mulheres na Agricultura em Moçambique

Oportunidades	Desafios
Medidas pós-independência (1976-1980) para integração das mulheres na agricultura coletiva (aldeias, comunais, cooperativas) (Agy, 2018).	Barreiras culturais, religiosas e sociais que reforçam desigualdade de gênero (Agy, 2019)
Participação reconhecida como fundamental pelo governo para o desenvolvimento agrícola rural (Casimiro, 2004).	Rendimentos médio menor em famílias chefiadas por mulheres (Monapo: 138,27 Mts; Nacarôa: 259,44 Mts) comparado aos homens (Monapo: 458,99 Mts, Nacarôa: 511,74 Mts) (Agy, 2019).
Constituição da República de 2004 garante igualdade de direitos entre homens e mulheres (Moçambique, 2004).	Apenas 25% das explorações agrícolas são chefiadas por mulheres apesar de 90% trabalharem no campo (Onu News, 2021).
Existência de mercados locais ativos para venda de produção agrícola (ex.: Mercado Zimpeto e Mercado Malanga em Maputo) (Aprofit, 2022).	Falta de segurança na posse da terra, concentração de serviços masculinos e discriminação estrutural (Valá, 2006).
	Participação feminina baixa em posse de terra (28% contra 71% dos homens), em acesso a assistência técnica (20,98% contra 46,5%), e crédito (15,81% contra 71,07%) (Masa, 2016).

Fonte:Elaboração própria, com base em Agy (2018, 2019), Casimiro (2004), Moçambique (2004), Onu News (2021), Aprofit (2022), Valá (2006) e Masa (2016).

4 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado na UNILAB no Município Redenção, Estado do Ceará, Brasil. De acordo com Mendes (2017) pode-se dizer que pesquisa é a busca de verdades e conhecimentos, novos ou não, feitos através de um método adequado e de técnicas apropriadas. É um procedimento investigativo e metodológico em que se propõe a busca de conhecimentos específicos, respostas e soluções.

Toda pesquisa deve nascer de um problema, para qual se busca encontrar uma solução, uma resposta ou um entendimento melhor sobre determinado objeto. Para isso, é preciso aplicar procedimentos metodológicos com a intenção de ampliar conhecimentos, investigar causas, modificar saberes, questionar a natureza das coisas ou dos fenômenos, causas e efeitos Mendes (2017). A metodologia do presente trabalho consiste na realização de uma revisão de literatura para se verificar o que existe de concreto na área de abrangência conforme objetivos traçados. Uma revisão de literatura possui as suas vantagens, uma vez que permite o pesquisador a cobertura de gama de fenômenos muitos mais amplo, do que aquele que poderia ser pesquisado diretamente (GIL, 1991). Segundo este autor; Garhardt e Silva (2009) a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Para desenvolvimento do trabalho, empregou-se uma pesquisa bibliográfica, com consulta às bases do Google Acadêmico e Scielo, utilizando as seguintes palavras-chave: a) agricultura em Moçambique, b) desenvolvimento rural, c) mulheres da zona rural, políticas públicas. No início da pesquisa, foi elaborado um esboço contendo as principais diretrizes do trabalho, definindo-se o recorte espacial (Moçambique) e o recorte temporal (2015-2024).

Nesta etapa também foram organizados as seções e escolhidos os temas, documentos e leis relevantes a serem analisadas, Para embasar teoricamente o trabalho, foram utilizados cinco (05) artigos científicos, três (03) relatórios técnicos, cinco (05) dissertações acadêmicas e dois (02) documentos normativos do Governo de Moçambique, todos publicados entre os anos de 2015 a 2024, abordando temas relacionados à agricultura familiar, políticas públicas e a participação das mulheres agricultoras no contexto moçambicano.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho objetivou concentrar sua análise na agricultura familiar em Moçambique, com ênfase nos desafios e oportunidades no acesso das mulheres agricultoras (machambeiras) às políticas públicas e como objetivos específicos identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras em relação ao acesso a recursos, como terra, crédito, assistência técnica e tecnologia agrícolas; examinar as políticas públicas e iniciativas existentes que visam apoiar mulheres agricultoras em Moçambique; investigar o impacto do acesso a políticas públicas sobre a produtividade agrícola e o empoderamento econômico das mulheres em áreas de cultivo.

A análise de dados mostra que mais de 80% da população economicamente ativa está envolvida na agricultura, com predominância dos pequenos agricultores que exploram cerca de 5 hectares. No entanto, essa modalidade produtiva enfrenta inúmeros desafios estruturais, como o uso limitado de tecnologias modernas, escasso acesso a crédito e assistência técnica, e alta vulnerabilidade às mudanças climáticas, fatores estes que dificultam acesso a melhorias e ao mesmo tempo podem desestimular a vocação daquele povo ao cultivo de terras para produzir alimentos.

Apesar da importância estratégica da agricultura familiar para a segurança alimentar, Moçambique ainda enfrenta índices alarmantes de insegurança alimentar. Estima-se que 64% da população vive em situação de insegurança alimentar, com destaque negativo para a região sul, onde esse índice chega a 75% revelando uma forte desigualdade territorial. Surpreendente, as áreas urbanas também apresentam elevada insegurança alimentar (67% das famílias), o que demonstra falhas no abastecimento e na conexão entre a produção rural e o consumo urbano, estes dados são mencionados exaustivamente (Ine,2021), (Morgado e Salvucci, 2016).

A análise também revela que as mulheres são os principais agentes da produção agrícola em Moçambique. Elas representam mais de 90% da força de trabalho no campo, porém apenas 25% das explorações agrícolas são chefiadas por mulheres. Essa desigualdade de gênero é refletida no acesso desigual à terra, crédito, assistência técnica e oportunidade de mercado. Embora existam leis e políticas públicas - como a Lei da Terra, a Estratégia de Género no Sector Agrário, o programa Sustenta e o Projeto Agrovida, sua implementação

ainda é insuficiente para corrigir as desigualdades e promover efetivamente a inclusão das mulheres agricultoras fato este exaustivamente citado por (Agy, 2018).

Dados de províncias (estado) como Nampula demonstram que os agregados familiares chefiados por mulheres apresentam rendimentos mensais significativamente inferiores aos liderados por homens, mesmo quando as mulheres desempenham as tarefas mais intensas da cadeia produtiva, como o preparo do solo, colheita e comercialização. Essa situação é agravada por barreiras culturais, religiosas e institucionais que mantêm as mulheres em uma posição social desvantajosa, apesar de sua expressiva contribuição econômica, situação esta mencionada por (Casimiro, 2004).

Ainda assim, há oportunidades relevantes: o crescimento da população jovem no campo, o uso crescente de tecnologias digitais para pagamentos e acesso a crédito, e a existência de mercados locais ativos que permitem a comercialização do excedente agrícola. Esses fatores apontam para caminhos promissores de fortalecimento da agricultura familiar, desde acompanhados de políticas públicas mais inclusivas e voltadas à promoção da equidade de gênero, principalmente com incentivo ao uso de tecnologias que possam melhorar o trabalho no campo e envolver os jovens na atividade.

A propósito, o fortalecimento da agricultura familiar em Moçambique exige ações coordenadas que articulem acesso a recursos produtivos, capacitação técnica, crédito rural e valorização do papel da mulher agricultora. O investimento nesse setor é essencial não apenas para o combate à pobreza e a fome, mas também para o desenvolvimento econômico sustentável e justo do país. Políticas públicas que venham fortalecer este segmento, são bem vindas.

Com tudo isso, ainda existem barreiras como discriminação do trabalho feminino, acesso a terra, incentivo por parte do Governo com Políticas Públicas que incentivem as mulheres, narrativas estas prontamente abordadas por (Valá, 2006, p.113).

De qualquer modo, nenhuma mudança se realiza rapidamente, pois os espaços a serem conquistados vão sendo trabalhados na medida do possível até que se chegue ao objetivo que se deseja alcançar, mas de todo modo, quando o homem procura atividades não agrícolas, ele abre espaço par que a mulher assuma a liderança na produção agrícola ou que ambos na lida diária com os cultivos agrícolas, somem esforços para produzir alimentos para consumo próprio e o excedente para a venda.

6 CONCLUSÃO

No contexto das políticas públicas em Moçambique, demonstrou que muitas oportunidades e desafios se apresentam para incentivo ao segmento da agricultura familiar.

Embora as mulheres sejam as protagonistas na agricultura familiar, representando a maior parte da força de trabalho no campo, elas continuam enfrentando múltiplas barreiras estruturais, culturais e econômicas que limitam sua plena participação e reconhecimento no setor agrário.

Constatou-se que o acesso desigual à terra, ao crédito agrícola, à assistência técnica e à capacitação profissional ainda persiste como uma realidade que reforça a vulnerabilidade das mulheres rurais. Mesmo com avanços legais e a existência de programas específicos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar e à equidade de gênero, como o Programa Sustenta, a Estratégia de Gênero no Setor Agrário e o projeto Agrovida, a efetividade dessas iniciativas depende de uma implementação mais robusta, descentralizada e sensível às realidades locais.

Identificou-se oportunidades importantes para o fortalecimento das mulheres agricultoras. Entre elas destacam-se o potencial produtivo de várias regiões do país, a presença de mercados locais ativos e o avanço de tecnologias que podem facilitar o acesso à informação e aos recursos financeiros. Além disso, o marco legal moçambicano já reconhece formalmente a igualdade de gênero, o que oferece base para políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

Portanto, o investir na valorização, capacitação e inclusão produtiva das mulheres agricultoras é fundamental para promover o desenvolvimento rural sustentável, a segurança alimentar e a redução das desigualdades sociais. Reforçamos ainda que políticas públicas bem estruturadas, acompanhadas de mecanismos de monitoramento e avaliação, são essenciais para garantir que os direitos das mulheres no campo sejam efetivamente respeitados e promovidos.

REFERÊNCIAS

ABBAS, M.; MOSCA, J. **Análise ao inquérito agrário integrado - IAI 2020**. Maputo: Observatório do Meio Rural, 2021..

AGY, Aleia Rachide. **Desigualdades de género em contextos rurais em Moçambique**: estudos de caso em localidades na província de Nampula. *ResearchGate*, 2019. Disponível em: < <https://www.researchgate.net/publication/335235336> >. Acesso em: 6 maio 2025

AIUBA, Rabia. Instrumentos de política agrícola e a produção em Moçambique. **Observador Rural**, n. 139 ago. 2023 Disponível em: < <https://www.ormrmz.org/observador/or-139-instrumentos-politica-agricola-e-producao-agricola-e-m-mocambique> >. Acesso em: 5 mar. 2025.

APROFIT – Associação para Promoção da Igualdade e Desenvolvimento das Mulheres Rurais. **Promovendo os direitos das mulheres camponesas em Moçambique**. Maputo: APROFIT, [s.d.]. Disponível em: < <https://www.aprofit.co.mz> >.. Acesso em: 6 maio 2025.

BICCHIERI, M.; AYALA, A. **Legal pluralism, women's land rights and gender equality in Mozambique: Harmonizing statutory and customary law**. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2017.

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRITO, L.*et al.* **Revoltas da fome**: protestos populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE, 2015. (Cdernos IESE, 14P).

CASIMIRO, I. **Paz na terra, guerra em casa**: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Maputo: PROMÉDIA, 2004.

CASTEL-BRANCO, C. **Notas de reflexão sobre a “Revolução Verde”**: contributo para um debate. Maputo: IESE, 2008.

DAVIS, B.; GIUSEPPE, S.; ZEZZA, A. Are African households (not) leaving agriculture? patterns of households' income sources in rural Sub-Saharan Africa. **Food Policy**, v. 67, p.153-174, 2017.

DE RENZIO, P.; HANLON, J. Contested sovereignty in Mozambique: the dilemmas of aid dependence. **GEG Working Paper**, n. 25, 2007

DI MATTEO, F.; SCHONEVELD, G. C. **Agricultural investments in Mozambique**: An analysis of investment trends, business models and social and environmental conduct. Borgor: CIFOR, 2016. (vol. 201).

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Food security and sovereignty**. Roma: FAO, 2013a. p.41.

FERRÃO, J.; BELL, V.; CARDOSO, L. A.; FERNANDES, T. Agriculture and food security in Mozambique. **Journal of Food, Nutrition and Agriculture, Phoenix Research Publishers**, v. 1, n. 1, p. 7-11, 2018. DOI: 10.21839/jfna.2018.v1i1.121.

FNDS – Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável. **Programa Sustenta: Integração da agricultura familiar nas cadeias de valor**. Maputo: FNDS, 2020.

FUNDAÇÃO AGA KHAN. **Projeto Agrovida: Promovendo a agricultura resiliente em Cabo Delgado**. Maputo: Fundação Aga Khan, 2023.

GERHARD, T. E. SILVERIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991

IFAD - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. **Rural Poverty Portal**, Roma: IFAD, 2008. Disponível em:< <https://www.ruralpovertyportal.org>>. Acesso em: 02 mar. 2025

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE) (2017). **Projeções da população 2017-2050**. Disponível em:< <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/mocambique-publicacao>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). (2021). **Inquérito sobre orçamento familiar-IOF 2019/20: Relatório final**. Disponível em:<<https://www.open.ac.uk/tecnology/moambique/sites.open.ac.uk.tecnology.mozambique/files/IOF%202019-20%Final%2022-09-2021.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MARASSIRO, M. J.; OLIVEIRA, M. L. de; PEREIRA, G. da P. Agricultura em Moçambique: Características e desafios. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, 2021.

MASA – Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. **Estratégia do Género e Plano de Acção do Sector Agrário 2016–2025**. Maputo: MASA, 2016. p. 6.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR (MDA). **Dia Internacional das Mulheres Rurais: Protagonismo e políticas públicas para mulheres do campo, das águas e das florestas**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/10/dia-internacional-das-mulheres-rurais-protagonismo-e-politicas-publicas-para-mulheres-do-campo-das-aguas-e-das-florestas>. Acesso em: 01 mar. 2025.

MENDES, Eber da Cunha. **Métodos e técnicas de pesquisa- Serra, ES: Centro de Ensino Superior Fabra**, 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Estratégia de Género no Sector Agrário**. Maputo, 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (MADER). **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Agrário 2030**. Maputo, 2022.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 19/97, de 1 de Outubro. **Lei de Terras**. Boletim da República, I Série, n.º 40, Maputo, 1997.

MOSCA, J. **Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e políticas** (Working Paper 127). Lisboa: Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento.

ONU NEWS. **1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza; grupos étnicos e mulheres são os mais afetados**. 2021. Disponível em: < <https://nes.un.org/pt/story/2021/10/1765812>>.. Acesso em: 5 mar. 2025.

RODRIGUES, A. L. **A Green Revolution in Mozambique**: A study about the government possibilities to launch a sustainable Green Revolution. 2009. 52 f. Dissertação (Mestrado)

SANTANA, Mônica de Lourdes Neves. As mulheres da zona rural de Moçambique: impactos da posse da terra. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, v. 14, n. 1, p. 1-6, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/252935.14.1-6>. Acesso em: 6 maio 2025.

TINGA, J. **Revolução Verde** = *uma alternativa para estratégia de desenvolvimento agrário em Moçambique* (Extratos do documento sobre Revolução Verde em Moçambique - MINAG, 2007). Comunicação apresentada na Conferência “Estratégias para o Desenvolvimento Agrário no Contexto da Revolução Verde”, Maputo, 17-18 ago. 2007.

UNAC. Mozambique: *no to violence! no to repression! yes to food sovereignty*. **La Via Campesina**, 12 set. 2010. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/mozambique-no-to-violence-no-to-repression-yes-to-food-sovereignty>>. Acesso em: 3 mar. 2025

VALÁ, Salim C. **Desenvolvimento agrário e papel da extensão rural no Chokwé (1950-2000): conflitos de interesses entre o Estado e os agricultores?** Maputo: CEDIMA, 2006.